

Fonte: Jornal da Madeira

(<http://www.jornaldamadeira.pt/not2008.php?Seccao=2&id=142812&sdata=2010-01-15>)

Três com prisão efectiva o caso do túnel do Curral



O Tribunal de Vara Mista do Funchal condenou ontem três dos quatro arguidos do caso das explosões no túnel do Curral das Freiras a penas de prisão efectiva, pela prática de um crime de infracção das regras de construção. Apenas um arguido foi absolvido, os restantes três foram condenados, sendo que dois, o encarregado geral da obra e o director técnico, vão ter de cumprir uma pena de prisão de quatro anos e seis meses, e o encarregado e responsável pelos explosivos uma pena de cinco anos e seis meses de cadeia. Porém, a defesa destes três arguidos anunciou, entretanto, que irá recorrer da decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa. O caso remota a Março de 2003 quando, durante as obras de construção do túnel do Curral das Freiras, uma explosão matou quatro trabalhadores da construção civil e feriu outros quatro. Os funcionários estariam a executar tarefas com explosivos para as quais não estavam devidamente habilitados e terá sido precisamente por adoptarem procedimentos errados que a explosão se deu. O tribunal apurou que os funcionários não tinham as necessárias cédulas para o manuseio de explosivos e mesmo assim trabalhavam activamente na perfuração da rocha, na colocação dos explosivos e na ligação aos detonadores. Tudo isto com conhecimento dos arguidos condenados, que actuaram com «dolo eventual», pois «sabiam do perigo mas conformaram-se com esse perigo».

A causa do acidente terá sido, segundo apurou o tribunal, a colocação precipitada de explosivos nos buracos feitos pela perfuradora. Os explosivos começaram a ser colocados ainda antes de todos os furos serem feitos. Faltavam sete quando a explosão se deu. E neste tipo de operação é frequente haver cruzamento nas perfurações. O tribunal entendeu que foi isso que aconteceu, excluído a hipótese de se ter tratado de uma descarga eléctrica. No total, rebentou 12 quilos de explosivos.

O colectivo de juízes presidido por Celina Nóbrega decidiu punir os arguidos porque sabiam que as vítimas estavam a executar tarefas perigosas sem estarem legalmente habilitadas. A punição também acontece porque os três arguidos violaram as normas de higiene e segurança no trabalho, sendo que o arguido e responsável pelos explosivos teve a agravante de ter violado regras técnicas. Aliás, o tribunal apreciou em particular o comportamento deste arguido no momento da explosão, punindo-o agora de forma mais severa por ter abandonado o local dos trabalhos momentos antes da explosão, deixando

para trás os trabalhadores, quatro dos quais viriam a falecer. Para o colectivo, estas mortes aconteceram porque hoje «falta de formação, falta de preparação e falta de supervisão».

A juíza Celina Nóbrega, que leu o acórdão apenas na presença de dois dos arguidos - o responsável pelos explosivos e o director da obra -, explicou por que motivo o tribunal tinha optado por não suspender a pena, visto que à luz da lei há possibilidade das penas inferiores a cinco anos poderem não ser efectivas. Segundo disse, o facto de os arguidos não terem antecedentes criminais e estarem integrados na sociedade - mantêm, aliás, as profissões - não são razões que atenuem cabalmente o sucedido. Para Celina Nóbrega, os arguidos têm de se consciencializar da gravidade do crime praticado e, a este propósito, avisou os arguidos que «não há qualquer prazo para entrega da obra» quando está em causa a vida humana, lamentando os «muito frequentes» acidentes de trabalho que ocorrem no país e na Madeira. Alguns familiares das vítimas mortais assistiram à leitura do acórdão. No final, mais preocupados do que com a condenação dos arguidos, mostraram ainda a dor pela perda que continuam a sentir sete anos após o acidente e, por outro lado, lembram que os processos de indemnização ainda estão por concluir.